
SITUAÇÃO DA AGRICULTURA

— Maio de 1987 —

—POLÍTICA ECONÔMICA

Prossegue a indefinição na política econômica nacional. As medidas tomadas pelo Governo, no corrente ano, têm sido apenas emergenciais, paliativas, em resposta a situações criadas no interior do sistema econômico. Neste quadro de falta de diretrizes e de incertezas quanto ao futuro, mesmo imediato, desencadeiam-se reações negativas dos agentes econômicos, agravando o quadro geral, que se reflete na ciranda desenfreada, de difícil controle, dos diversos indicadores da conjuntura.

Mais uma vez, como tem se observado historicamente no Brasil, o recrudescimento da inflação faz-se acompanhar da recessão já em processo.

A inflação ultrapassa todos os limites já atingidos antes, registrando 27,58% de aumento em maio, pelo cálculo tradicional do IGP (Índice Geral de Preços) da F.G.V., acumulando 125,22% de aumento no período jan./mai. de 1987. Tal índice mensal projeta uma taxa de cerca de 1.750% para 12 meses.

As taxas de juros, por sua vez, projetam índices anuais de até 1.350% para o financiamento do capital de giro, até 1.900% para o crédito pessoal e até 2.600% para o "over-night", representando obstáculos significativos à reversão da tendência recessiva.

Os indicadores do nível de atividade econômica revelam, assim, a fragilidade da estrutura produtiva do País hoje. A FIESP estima uma redução do nível de emprego na indústria paulista de 10.800 postos de trabalho de janeiro a maio deste ano; os índices de falências e de inadimplência atingiram níveis "records" nos últimos dois meses; o próprio setor financeiro teve 24 instituições sob intervenção do Banco Central, nos cinco primeiros meses do ano, absorvendo volumes gigantescos de recursos do tesouro nacional.

A partir dos dados estimados pela FIESP, observa-se que os salários e a massa salarial real das indústrias, exceto a automobilística, encontram-se em nítido declínio nestes primeiros três meses de 1987. Dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e Fundação SEADE, mostram que o salário real médio na Grande São Paulo caiu 14,4% de dezembro/86 a março/87. Este comportamento se deve

principalmente ao descompasso entre crescimento do custo de vida e reajustes salariais e, mais recentemente, acrescidos pelo efeito da rotatividade da mão-de-obra e desemprego.

Assim a demanda de alimentos que em 1985 e 1986 se elevou em pelo menos 10% em relação ao período anterior, de acordo com estimativas divulgadas pelo Ministério da Agricultura, volta a se retrair justamente neste momento, quando o País se defronta com uma grande safra agrícola que seria favorável para recompor o padrão nutricional da população brasileira. Por outro lado, a Balança Comercial foi favorecida por esta retração do consumo, pela recuperação dos preços de alguns produtos agrícolas no mercado internacional e pela desvalorização cambial.

Numa situação de retração dos componentes da demanda agregada, principalmente consumo e investimento privado, resta ao Governo e setor exportador, o papel de evitar um aprofundamento do quadro recessivo. O Governo, entretanto, apresenta hoje capacidade limitada para tal, dados os problemas internos e externos que tem a enfrentar. Em função da escassez dos recursos, torna-se importante que as decisões de investimento do Estado sigam as prioridades assinaladas pela sociedade brasileira. A insistência de setores do Governo em investimentos não prioritários, na atual conjuntura, revela uma ruptura entre Estado e sociedade tendendo a gerar um clima de incertezas que provoca efeitos econômicos na decisão dos investidores, agravando ainda mais a tendência recessiva e a credibilidade da sociedade em relação ao Governo.

-POLÍTICA AGRÍCOLA

Em maio as operações de EGF e AGF tiveram grande procura, principalmente por parte dos produtores de arroz e milho, em função da disparidade observada entre preços mínimos e preços de mercado sem, contudo, segundo a Comissão de Financiamento da Produção - CPF, haver problemas de disponibilidade de recursos. Dada a correção dos preços mínimos pelo Índice de Preços Pagos pelos agricultores - IPP, a comercialização tem se efetuado com maior intensidade na primeira quinzena do meses. Com relação ao armazenamento, pelo menos em São Paulo, ao contrário do esperado, não houve maiores entraves, sendo inclusive no caso da soja, solucionado através dos armazéns industriais, ainda que via concessão de juros menores nos EGFs industriais e pagamento pelo Governo do custo de armazenamento da produção adquirida através de AGF.

Finda a comercialização dessa "super-safra", as preocupações dos agricultores se voltam para as condições em que ocorrerá o próximo plantio, principalmente no que diz respeito aos preços mínimos, Valores Básicos de Custeio, taxas de juros, taxas de inflação e disponibilidade de recursos para a agricultura.

As indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e os agentes financeiros têm constatado uma redução nas vendas e nos empréstimos de investimento, respectivamente. Também a aquisição dos insumos encontra-se estagnada. Esses fatos demonstram a grande insegurança do setor frente à definição dos instrumentos básicos de política agrícola, refletindo negativamente sobre a intenção de plantio.

Caso as definições esperadas não sejam eficientes no sentido de reverter a expectativa pessimista agravada pela conjuntura econômica global do País, os resultados obtidos nesse último ano agrícola dificilmente serão repetidos em termos de área plantada e volume de produção.

- DETERMINAÇÕES REGISTRADAS NO MÊS

- MVR: Fixado o novo valor de referência, que para o Estado de São Paulo é de Cz\$776,35. Dessa forma, o coeficiente de atualização monetária será de 1,385 sobre os valores vigentes em 13 de março de 1987 (Portaria SEPLAN nº 91, de 19/05/87);
- Café: Autorizada a concessão de crédito suplementar de custeio da safra de 1986/87. Observando-se o limite de Cz\$3.000,00/ha, liberação em 2 parcelas iguais em maio e junho e prazo máximo de 6 meses de forma que o vencimento coincida com o do crédito normal de custeio. (Resolução BACEN nº 1.322, de 21/05/87);
- IPR: A variação acumulada do Índice de Preços Recebidos pelos agricultores de junho de 1986 a abril de 1987 é de 162,48 (Comunicado CFP/ DAEP/ SUTEC nº 06/87);
- Soja: Os juros dos Empréstimos do Governo Federal - EGFs, relativos à safra 1986/87 concedidos às indústrias esmagadoras com recursos próprios serão de 6% a.a. mais a atualização monetária correspondente à variação das Letras do Banco Central - LBCs (Resolução BACEN nº 1.323, de 26/05/87);
- Açúcar e álcool: Estabelecida a produção de 7.922.000 toneladas métricas de açúcar e de 13.237.600.000 litros de álcool para a safra 87/88. Os preços de cana-de-açúcar, açúcar, álcool, mel residual, mel rico invertido e valores dos subsídios de atualização de custos foram reajustadas pe

los atos nºs 12 e 20 do IAA. No ato nº 20 também foi apresentado o plano de safra plurianual (Resoluções MIC/IAA nº 1.200, de 08/05/87 e Atos nºs. 12 e 20 de 30/04/87 e 28/05/87, respectivamente);

- Preços de combustíveis: Sofreram reajustes, o diesel de Cz\$5,45 para Cz\$7,20, o álcool de Cz\$9,62 para Cz\$12,40 e a gasolina de Cz\$14,80 para Cz\$19,00 (Portaria do Conselho Nacional de Petróleo, DIPRE - P.D. nº129, de 06/05/87);
- Preço mínimo: Aprovados preços mínimos básicos da segunda safra 86/87 para as regiões sul, sudeste e centro-oeste para amendoim e batata semente de Cz\$100,00 e Cz\$145,20, respectivamente (Carta Circular BACEN nº 1.631, de 22/05/87);
- IPC: A variação do índice de preços ao consumidor no mês de abril foi fixada em 20,96% (Portaria SEPLAN nº 84, de 15/05/87);
- Preço de trigo: A SUNAB estabeleceu os preços de trigo e triticales vigentes para abril e maio de 1987 (Portaria SUNAB nº 85, de 07/05/87).

A SUNAB estimou a necessidade de abastecimento de trigo em grão em 7 milhões de toneladas para 1987, sendo que 3.720.000t deverão provir de produção nacional, 2 milhões de toneladas de importações já autorizadas e o restante será completado por importações a serem autorizadas (Portaria SUNAB nº 85, de 05/05/87);

- VBCs: Alho, aveia, centeio, cevada, trigo de sequeiro e irrigado - reajuste de VBCs, sendo que as parcelas de financiamento já contratado também serão corrigidas de acordo com o novo VBC (Resoluções BACEN nºs 1.319 de 13/05/87, 1.320 de 13/05/87, 1.321 de 13/05/87 e 1.324 de 26/05/87).
Ver o quadro a seguir:

Valores Básicos de Custeio (VBCs)

Produto	Faixa de Produtividade (Kg/ha)		Valor Básico de Custeio (Cz\$/ha)
	De	Até	
Alho nobre curado	-	4.500	82.517,00
	4.501	5.500	88.387,00
	5.501	6.500	97.419,00
	acima	6.500	106.168,00
Alho comum curado	-	3.500	47.248,00
	3.501	4.500	53.334,00
	4.501	5.500	59.456,00
	acima	5.500	65.339,00
Aveia	-	1.000	2.698,00
	1.001	1.400	3.863,00
	1.401	1.800	5.073,00
	acima	1.800	6.015,00
Centeio	-	1.200	3.466,00
	1.201	1.600	4.288,00
	acima	1.600	4.885,00
Cevada	-	1.200	3.970,00
	1.202	1.600	4.802,00
	1.601	2.000	6.728,00
	acima	2.000	7.762,00
Trigo sequeiro,	1.000		5.280,00
Triticale e	1.500		8.735,00
Trigo irrigado	3.000		11.020,00

- FATOS SOCIAIS

- Trabalhador Assalariado

Em maio continuaram a se desenvolver as negociações para o acordo salarial dos trabalhadores do setor canavieiro. Na primeira quinzena do mês foram realizadas assembléias sindicais por município decidindo os encaminhamentos e a pauta de reivindicações dos trabalhadores.

Em 19 de maio entraram em greve 25 mil trabalhadores rurais em Sertãozinho, Morro Agudo e Pitangueiras. O movimento grevista foi, paulatinamen

te, crescendo com adesão de trabalhadores de outros municípios da região de Ribeirão Preto e também da Região de Catanduva (Urupês).

Em 25 de maio, os empregadores apresentaram a proposta de reajuste da diária para Cz\$134,94 e Cz\$31.50/tonelada de cana colhida, o que foi recusado pelas assembléias dos trabalhadores que permaneceram em greve, com adesão de novos municípios. Em 28 de maio, em Morro Agudo ocorreram prisões o que provocou reações dos trabalhadores e, com a intervenção policial, resultaram em 8 feridos entre os manifestantes e policiais. No final do mês, havia paralização do trabalho em Morro Agudo, Pontal, Pitangueiras, Sertãozinho, Orlandia, Sales de Oliveira, Viradouro, Terra Rosca. No dia 31 com assembléias em mais de 20 municípios, das regiões de Ribeirão Preto, Jaú e Catanduva, foi deflagrada a greve geral, registrando-se 55.700 trabalhadores parados, nesse dia, crescendo até 92 mil segundo a FETAESP. Além dos municípios citados registraram-se greves em Jaboticabal, Piranji, Cajuru, Santa Rosa do Viterbo, Serrana, Guaíra, Barrinha, Guariba, Matão, Américo Brasiliense, Santa Lúcia, Rincão, Boa Esperança do Sul, Dobrada, Sales, Irapuã, Cravinhos, São Joaquim da Barra, Ibirã, Catingua, Tabapoã, Barretos, Olimpia, Brodosqui, Catanduva, Urupês. Na região de Ribeirão Preto registraram-se incêndios em 5 canaviais, em Pitangueiras e Viradouro, sem identificação dos causadores. Em Catanduva os trabalhadores bloquearam a rodovia SP-351.

Em 05 de junho os empresários apresentaram nova contra proposta para o acordo, estabelecendo IPC integral, mais 5% de produtividade e comprometendo-se a pagar o "gatilho" salarial de junho.

O acordo assinado estabelece: diária de Cz\$117,36, mais uma hora de transporte (súmula 90), mais 5% de produtividade, que resulta em Cz\$136,41/dia; e cana de 18 meses, Cz\$29,59/ton. (com súmula 90, Cz\$32,77); outras canas, Cz\$28,24 (com súmula 90, Cz\$31,41).

A partir de junho, crescerá 20%, a título do "gatilho salarial". A cláusula 3ª deste acordo define também a remuneração dos "bituqueiros", os catadores das canas que sobram dos caminhões, em Cz\$3.520,80, ou Cz\$140.81/dia que se constitui na remuneração mínima no setor. Em termos financeiros, este acordo, significa um reajuste de 135% em relação aos pagamentos estabelecidos em maio/86.

Assinaram o Acordo o Sindicato do Açúcar e do Alcool, a FAESP (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo), ressaltando sua validade para trabalhadores das empresas agrícolas, excluídos os que trabalham para os fornecedores de cana, e a FETAESP (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo), que encarregou-se de encaminhar os acordos por municípios entre os sindicatos patronais e de trabalhadores.

Nestes acordos locais, alguns sindicatos referendaram aqueles

itens extensivos também para os trabalhadores de fornecedores de cana, como é o caso de Santa Cruz do Rio Pardo. Destaca-se também o acordo realizado em Avaré, onde ficou estabelecido o pagamento por metro da cana cortada e não por tonelada como tem vigorado para o Estado até então, e que há alguns anos se constituem em reivindicações dos trabalhadores rurais na cana-de-açúcar.

Foram iniciados também durante o mês, as reuniões sindicais preparatórias para o acordo salarial dos trabalhadores na cultura da laranja, havendo registro de greves nos municípios de Taquaritinga e Santa Ernestina, onde paralizaram cerca de 6 mil apanhadores, reivindicando o pagamento de Cz\$8,00 por caixa da fruta colhida.

— Questão Fundiária

Em maio tornou-se ainda mais evidente a inviabilidade de se dar prosseguimento a Reforma Agrária, tanto no âmbito do legislativo, haja visto a proposta aprovada pela Subcomissão de Política Agrícola e Reforma Agrária, como do executivo: o pedido de demissão do ministro de Reforma e Desenvolvimento Agrário e a dificuldade encontrada para sua substituição. A única notícia alviçareira veio do poder judiciário: a instalação de novas Varas de Justiça Agrária, inclusive, uma em São Paulo.

No Estado, a reunião da Comissão Agrária, no dia 12, foi esvaziada pela definição das propriedades do Frigorífico Anglo-Americano como empresas rurais e pela revisão da decisão tomada na reunião anterior com relação a Fazenda Boa Fé.

Os "Sem Terra", em São Paulo, em resposta a estes acontecimentos avisaram que as ocupações das áreas já desapropriadas vão começar.

Desde a entrega da proposta do MIRAD/INCRA, em maio de 1985, a Reforma Agrária brasileira foi se afastando, cada vez mais, dos anseios dos trabalhadores rurais para atender aos interesses dos proprietários de terra. A resposta política dos produtores, a essa ameaça, se fez logo sentir através das diversas entidades de classe: Sociedade Rural Brasileira (SRB), Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Associação dos Empresários da Amazônia (AEA), Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), e mais tarde através da Frente Ampla que as aglutinou e se apresenta como o interlocutor do Governo, enquanto a UDR se transformou no seu braço armado. Os produtores se posicionam contra a Reforma Agrária e a favor de uma política agrícola adequada. A história demonstrou que o seu poder de influência em muito superou a dos trabalhadores, seja através da CONTAG ou do então recém criado Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

A UDR criada em setembro de 1985 quando realizou o 1º leilão de bois em Goiás, conta hoje com cerca de 80.000 associados aglutinados em 81 seções distribuídos pelo País. Foram mobilizados para as discussões na Constituinte recebendo cópias do anteprojeto de Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), o relator da Subcomissão de Política Agrícola e Reforma Agrária.

Em contrapartida, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que surgiu com esta denominação em 1984, no primeiro Congresso Nacional do Movimento, em janeiro de 85, contava com representantes de 10 estados na Direção Nacional e com trabalhadores de 23 estados. Hoje são não está organizado em 7 estados: PE, CE, RN, AM, AC, AP e RR. Existem ligados ao movimento 18 assentamentos no País, envolvendo 15.000 famílias e mais 12.000 em 53 acampamentos esperando receber terra.

Entre os deputados da constituinte formou-se a Frente Parlamentar da Agricultura, apoiada pelas diversas entidades de classe dos produtores, e o Grupo de Apoio a Reforma Agrária, em defesa dos trabalhadores. Essa polarização criou uma disputa, homem a homem, no interior da Subcomissão que se refletiu na incapacidade de aprovar qualquer matéria a não ser dois dispositivos do substitutivo de Rosa Prata. O primeiro vincula o direito de propriedade ao cumprimento da função social, de forma mais vaga que o Estatuto da Terra, porque substitui a exigência de níveis satisfatórios de produtividade pela indefinição do que seria uso racional da propriedade. O segundo cria Varas Especiais de Justiça Federal que podem se especializar em Justiça Agrária, medida sugerida pelo ministro Brossard para agilizar, em caráter precário, a solução dos conflitos fundiários presentes, em substituição a uma alternativa mais duradoura que seria a criação da Justiça Agrária.

Em São Paulo, a mudança de posição do superintendente do INCRA, na Comissão Agrária, em relação a Fazenda Boa Fé, foi explicada em função da ineficiência administrativa que tornou impossível tomar conhecimento das condições atuais de produção. Desta forma reconheceu publicamente que as questões de produtividade são prioritárias as questões sociais. Esta questão da prioridade está presente em todas as discussões sobre o processo da Reforma Agrária da Nova República e mostra a polarização dos interesses de classe. Os afastamentos sucessivos de José Gomes da Silva, Nelson Ribeiro e, mais recentemente, de toda Coordenadoria de Conflitos Agrários, para citar alguns, pode ser compreendido pela ótica do esvaziamento crescente das considerações sociais no encaminhamento da Reforma Agrária. Surpreendeu, portanto, no mês anterior que Roberto Santana explicasse seu voto da seguinte forma: questões sociais prioritárias às questões de produtividade, segundo ele com respaldo do Ministro.

Diante destes fatos e da incapacidade do INCRA local de promover assentamentos nas áreas já desapropriadas, mais de 600 trabalhadores rurais, em reunião com o Secretário de Assuntos Fundiários e o Superintendente do INCRA em Andradina, avisaram que as ocupações irão começar em todo oeste paulista.

Fazenda	Município	Área (ha)	Data Desapropriação
Rio Paranã	Castilho	2.165	23/06/86
Tamborê	Andradina	3.393	27/06/86
São José II	Guaraçai	935	30/03/87
Aroeira	Guaraçai	935	30/03/87
Esmeralda	Pereira Barreto	2.080	31/03/87
Reunidas	Promissão	22.679	23/06/86
São José	Birigui	1.158	27/06/86

Constata-se, portanto, a necessidade de agilizar o funcionamento da Vara de Justiça Agrária agora instalada.

Considerando o recrudescimento da recessão econômica, as informações de êxodo rural das famílias dos pequenos produtores atingidos pela política agrícola da última safra e as dificuldades para dar andamento à Reforma Agrária, é de se prever um acirramento da situação de conflitos na área rural.

— Pequena Produção

Com a comercialização dos grãos praticamente encerrada, os pequenos produtores sentem-se desestimulados com o resultado alcançado nesta safra.

Segundo os depoimentos de alguns pequenos produtores, das várias dificuldades que tiveram para dar continuidade à produção destacaram-se: a indefinição da política agrícola; a insuficiência de recursos do crédito agrícola para financiar toda a produção requerida, a insuficiência do valor do VBC para cobrir o plantio de algumas culturas, de grãos principalmente, que segundo eles cobriu somente de 50 a 70% das despesas, fato que os obrigou a complementarem os recursos tomando empréstimos de terceiros, a juros de mercado, o que elevou sobremaneira as despesas bancárias, tendo em vista a alta dos juros, que vem alcançando índices inéditos na história do País; a comercialização foi dificultada pela elevação dos custos do fre

te, causada pela demora no descarregamento do produto e pela falta de sacarias no mercado, condição sine-qua-non exigida para a colocação dos produtos em armazéns do Estado.

Tais fatores forçaram a maior parte desses produtores a optarem pela comercialização da produção através de intermediários, que por carregarem o produto na propriedade, não exigirem o ensacamento e não fazerem o controle de qualidade pagaram, segundo a FETAESP, de 20 a 30% abaixo do preço mínimo estabelecido, que apesar das vantagens auferidas, comparativamente, ainda resultaram em uma perda na renda total.

Como consequência, para fazer frente às dívidas bancárias assumidas, os pequenos produtores estão se descapitalizando, tornando cada vez mais precárias as condições de produção e forçando o êxodo rural da população mais jovem, para os centros industriais, a fim de complementar a renda familiar. Este processo, no entanto, deve se reverter dada a recessão a que se encaminha a economia do País, cujas consequências já se tornam visíveis, com a elevação do índice de desemprego no Estado. Torna-se, portanto, urgente uma política agrícola definida que estimule a pequena produção, que possibilite a fixação e a reprodução deste segmento mais jovem no campo.

-AGRICULTURA E COMÉRCIO INTERNACIONAL

- A Política Comercial Recente

O comportamento recente (pós-cruzado) da balança comercial brasileira caracterizou-se pela rápida deterioração dos elevados saldos positivos que se vinha obtendo nos primeiros anos desta década. A razão fundamental é que a rápida ativação da economia e da demanda de trabalho a partir de 1985 aliada a uma política de melhor distribuição de renda em 1986, além da política de combate à inflação com redução radical das taxas de juros, permitiram uma expansão significativa do consumo interno. Tal situação provocou não só o aumento rápido das importações para viabilizar o crescimento da demanda, como comprometeu o desempenho das exportações que passaram a ser crescentemente absorvidas internamente.

O quadro de desabastecimento dos principais bens de consumo na fase de deterioração do Plano Cruzado, indicando a necessidade de medidas imediatas do Governo, fez com que fossem cometidos alguns equívocos no âmbito da política comercial brasileira. Assim, por exemplo, o País procedeu à importação de alimentos em quantidades excessivas em relação às reais ne

cessidades, totalizando cerca de US\$1,3 bilhão em divisas. Do total de 1,7 milhão de toneladas de arroz importado, cerca de 600 mil toneladas ficaram em estoque não consumido, o mesmo ocorrendo com cerca de 750 mil toneladas de milho das 2,93 milhões importadas.

A decretação da moratória, por outro lado, veio agravar a situação já difícil da balança comercial. A necessidade de enfrentar a drástica redução dos saldos comerciais do primeiro trimestre do corrente ano, levou o Governo a adotar algumas medidas estimuladoras das exportações e o novo ministro da fazenda a estabelecer a recuperação das exportações como uma das suas principais prioridades de política econômica. Além disso, foram criados entraves burocráticos à importação, dificultando a liberação de guias pela CACEX no sentido de, pelo menos, retardar o dispêndio de divisas.

A nova equipe do Ministério da Fazenda adotou como primeira medida para o setor o que foi chamada de "mini-máxi" desvalorização do cruzado de 7,5% em abril, seguida de um aumento das taxas das mini desvalorizações. Ainda assim, as Associações de empresários que atuam no comércio exterior vinham reclamando, após essa primeira desvalorização, uma nova "máxi" de 10% a 12% para cobrir a defasagem entre taxa cambial e inflação interna pós-cruzado.

Além disso, a nova diretoria da CACEX pretende simplificar os processos burocráticos para exportação e importação, agilizar o regime de "draw-back" e elaborar um programa de promoção de exportações junto às pequenas e médias empresas.

Com essas medidas, o Governo visa cumprir a difícil tarefa de se obter um superávit na balança comercial em 1986 de, no mínimo, US\$8 bilhões. Os resultados parciais deste ano para o superávit mostram que o balanço do 1º trimestre fechou com um saldo positivo de apenas cerca de US\$700 milhões e está previsto um saldo acumulado para o 1º semestre de algo em torno de US\$2,2 bilhões.

- A Balança Comercial no 1º Trimestre

As exportações globais brasileiras, no 1º trimestre de 1987, registraram um valor 27,5% inferior em relação ao mesmo período do ano anterior quando, então, foram exportados US\$5,8 bilhões, contra os recentes US\$4,2 bilhões. Quanto à receita proveniente das exportações de produtos agropecuários, o trimestre atual apresentou queda de 44%, se comparado ao 1º trimestre de 1986 (quadro 1).

A deterioração do valor das exportações deste setor recebeu a

QUADRO 1. - Exportações Brasileiras dos Principais Produtos da Agropecuária e Demais Setores

Item	Jan.-Dez./86	Parti- cipa ção (%)	Jan.-Mar./86(A)	Parti- cipa ção (%)	Jan.-Mar./87(B)	Parti- cipa ção (%)	(B)/(A) Variação (%)
	Valor (US\$1.000 FOB)		Valor (US\$1.000 FOB)		Valor (US\$1.000 FOB)		
I-Produtos da Agropecuária	9.393.019	41,94	2.259.478	38,83	1.264.433	29,98	-44,0
A-Cafê	2.359.497	10,54	815.107	14,01	390.463	9,26	-52,0
Cru em grão	2.062.741	9,21	714.510	12,28	375.700	8,91	-47,4
Industrializado	296.756	1,33	100.597	1,73	14.763	0,35	-85,3
B-Soja e derivados	1.561.911	6,97	244.505	4,20	133.226	3,16	-45,5
Em grão	243.218	1,09	6.761	0,12	2.342	0,06	-65,3
Óleo (bruto e refinado)	138.114	0,62	23.870	0,41	17.453	0,41	-26,8
Farelo	1.180.579	5,27	213.874	3,68	113.431	2,69	-46,9
C-Açúcar	367.881	1,64	100.840	1,73	61.658	1,46	-38,8
Demerara	137.999	0,62	47.220	0,81	22.079	0,52	-53,2
Refinado	183.656	0,82	45.769	0,79	28.319	0,67	-38,1
Cristal	46.226	0,21	7.851	0,13	11.260	0,27	+43,4
D-Cacau	595.773	2,66	158.381	2,72	149.588	3,55	-5,5
Em amêndoas cru	272.834	1,22	62.970	1,08	83.131	1,97	+32,0
Pasta de cacau refinada	124.178	0,55	41.443	0,71	27.689	0,66	-33,1
Manteiga de cacau	198.761	0,89	53.968	0,93	38.768	0,92	-28,1
E-Algodão e derivados	262.617	1,17	75.678	1,30	45.038	1,07	-40,4
Algodão não cardado nem penteado	16.849	0,08	15.049	0,26	3.419	0,08	-77,2
Fios de algodão cru	114.681	0,51	29.453	0,51	20.130	0,48	-31,6
Tecidos	131.087	0,59	31.176	0,54	21.489	0,51	-31,0
F-Produtos cítricos	1.077.988	4,81	181.411	3,12	162.859	3,86	-10,2
Suco de laranja	635.987	2,84	173.064	2,97	151.522	3,59	-12,4
Farelo de polpa cítrica	46.057	0,21	8.347	0,14	11.337	0,27	+35,8
G-Fumo em folhas	395.944	1,77	70.116	1,21	24.878	0,59	-64,5
H-Madeira e derivados	723.568	3,23	145.087	2,49	143.635	3,41	-1,0
Madeira	148.795	0,66	58.295	1,00	34.612	0,82	-40,6
Pasta química de madeira	294.932	1,32	76.088	1,31	68.936	1,64	-9,4
Papel	279.841	1,25	64.562	1,11	40.087	0,95	-37,9
I-Produtos da pecuária	1.361.250	6,08	151.134	2,60	6.303	0,15	-95,8
Carne bovina	337.029	1,51	111.017	1,91	-	-	-
Couros de bovinos curtidos	88.704	0,40	29.840	0,51	6.303	0,15	-78,8
Calçados de couro	935.517	4,18	219.735	3,78	150.093	3,59	-31,6
J-Produtos da avicultura	188.088	0,84	59.223	1,02	-	-	-
L-Produtos da pesca	146.434	0,65	35.248	0,61	10.049	0,24	-71,4
M-Castanha de caju	108.020	0,48	29.049	0,50	10.234	0,24	-64,7
N-Pimenta em grão	92.399	0,41	32.936	0,57	23.166	0,55	-29,6
O-Álcool etílico	56.174	0,25	13.213	0,23	-	-	-
P-Óleo de mamona	50.052	0,22	14.750	0,25	9.048	0,21	-38,6
Q-Demais prods.agropecuários	441.367	1,97	132.800	2,28	94.288	2,23	-29,0
II-Produtos Minerais	3.700.618	16,52	1.091.684	18,76	855.822	20,29	-21,6
III-Máquinas e Ferramentas	3.074.325	13,73	585.471	10,06	778.347	18,46	+32,9
IV-Prod.das Inds.Químicas e Conexas	485.976	2,17	41.991	0,72	139.909	3,31	+233,1
TOTAL GERAL	22.393.343	100,00	5.818.163	100,00	4.216.208	100,00	-27,5

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CADEX).

contribuição, com maior ou menor participação, de "todos" os produtos, in distintamente. Isto é, comparativamente, todos os produtos mostram recei tas menores de divisas no início deste ano.

Porém, a balança comercial brasileira apresentou um superávit, somente em abril, de US\$520 milhões, com exportações no valor de US\$1,66 bilhão e importações de US\$1,14 bilhão, segundo informações da CACEX. O acumulado no primeiro quadrimestre do ano, portanto, chegou a US\$1,16 bilhão, mais de duas vezes inferior ao do mesmo período do ano pas sado, que somou US\$3,76 bilhões.

O desempenho das exportações brasileiras em abril, que ainda não está registrado no quadro trimestral deste artigo, mostra uma tendência de elevação do saldo da Balança Comercial, comprovadamente verificada, não só como fruto dos recentes incentivos às exportações, como também, das condi ções favoráveis de mercado, especialmente para determinados produtos.

Uma das medidas mais recentes adotada pela Carteira de Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil, foi a liberação da compra de cacau brasileiro em amêndoas pelo sistema de "draw-back" verde-amarelo. Esta ope ração permite às indústrias a recompra do cacau em amêndoas vendido ao ex terior e que ainda não foi embarcado, mas que, para efeito fiscal, é con siderado exportado. A indústria processa a matéria-prima e exporta os cor respondentes produtos derivados, assim, os impostos, como o ICM, incidem apenas sobre o valor agregado.

Com esta medida, elas prevêem que conseguirão elevar seus níveis de atividade, quando, até então, somente metade da capacidade de moagem es tava sendo utilizada. Estima-se que a recompra de cerca de 600 mil sacas até setembro, representará o volume das vendas brasileiras ao exterior, no período.

As cotações na Bolsa de Nova York do suco de laranja estão em al ta. Bom sinal para as exportações brasileiras do produto. Além disso, acer tou-se a vinculação direta do custo da matéria-prima e preço de embarque do suco ao valor efetivamente pago no exterior. Com o valor da laranja cor respondente em dólar, pode-se usufruir diretamente das variações do merca do externo de suco, sem a preocupação com a insegurança futura de preços fixos em cruzados, sujeitos às altas taxas de inflação.

Adicionalmente, espera-se que em breve se chegue a um entendimen to final em relação às negociações para abertura do mercado soviético ao suco de laranja do Brasil.

De maneira geral, a desvalorização cambial de 9,5% decretada pe lo Governo, em meados de junho, com o "Novo Plano Cruzado", beneficiará pro dutos agrícolas de exportação como soja, café, cacau, laranja e algodão,

permitindo que concorram de forma mais vantajosa no mercado internacional e vindo de encontro ao tão esperado pedido de nova mini-máxi desvalorização do cruzado, por parte dos exportadores brasileiros.

— Perspectivas

Independente da recente desvalorização cambial registrada no País, produtos como a soja, cacau e suco de laranja, já vinham apresentando mercados externos favoráveis, desde maio último.

Os bons preços e o mercado garantido no exterior, permitem uma previsão de receita superior a US\$1 bilhão com as vendas de suco concentrado de laranja, no decorrer deste ano.

Já as exportações brasileiras do complexo soja (grão, farelo e óleo) estão retomando seu ritmo normal e poderão alcançar 11,7 milhões de toneladas em 1987. Estima-se uma receita de até US\$2,6 bilhões, contra US\$1,6 bilhão em 1986, ultrapassando até o café, principal item da pauta de exportações.

Segundo estimativas da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), as exportações poderão apresentar o seguinte comportamento:

grãos:	3,1 milhões/t	+ 158% em relação a 1986
óleo:	835 mil/t	+ 116% em relação a 1986
farelo:	7,74 milhões/t	+ 18% em relação a 1986

Por outro lado, produtos como café, açúcar e milho, apresentam quadros bastante desfavoráveis para a exportação. Particularmente tendo em vista que as cotações internacionais desses produtos se encontram bastante deprimidas. Nos casos do café e do açúcar, existem grandes estoques do produto no mercado internacional, o que não deve possibilitar a recuperação dos preços, a curto ou médio prazos.

Mas, no cômputo geral, a possibilidade de excedentes de produtos agrícolas este ano é bastante grande, em função da supersafra e retração simultânea da demanda interna, em decorrência das medidas de política econômica recentemente adotadas.

COMPORTAMENTO DE PREÇOS

Assim como nos demais setores da economia, os preços agrícolas apresentaram-se em ascensão, tendo o incremento do índice de preços recebidos pelos agricultores paulistas (IPR) atingido, em maio, 28,44% (figura 1).

Ao se estudar o comportamento dos preços por produto constata-se variações positivas para a maioria dos itens componentes do IPR como segue: laranja (288,88%), chá (101,38%), cebola (59,33%), batata (56,83%), feijão (56,34%), aves (46,29%), soja (37,28%), mamona (33,86%), bovino (31,08%), café (30,27%), ovos (29,88%), suínos (29,04%), milho (14,34%), arroz em casca (12,40%), amendoim em casca (12,14%) e leite (9,22%), tomate (-1,41%), mandioca (-4,71%) e banana (-6,26%).

Diante da maior valorização das cotações dos produtos vegetais, o índice agregado desses produtos cresceu 31,64%, enquanto o de produtos animais aumentou 24,80%.

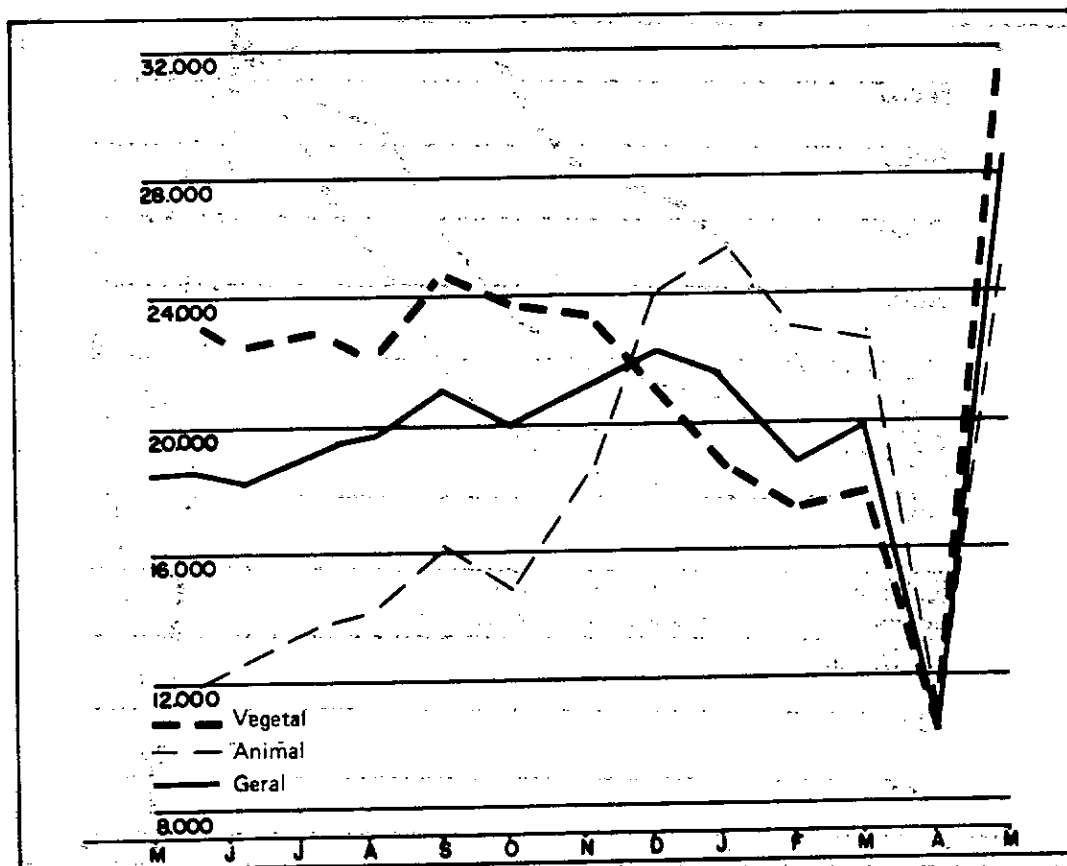


FIGURA 1. - Evolução do Índice de Preços Recebidos pelos Agricultores do Estado de São Paulo, Maio de 1986 a Maio de 1987. Base: 1961-62 = 100.

As mesmas comparações, em relação à igual período de 1986 indicam que as maiores altas ocorreram com a laranja (311,76%), feijão (267,74%), cebola (238,70%) e leite (231,37%).

As razões para o aumento generalizado dos preços a nível de produtor estariam relacionadas à redução de oferta, aos reajustes dos preços mínimos e aos aumentos das cotações internacionais dos produtos de exportação.

O índice de preços pagos pela agricultura paulista apresentou acréscimo de 20,96% neste mês, derivado da variação de 21,96% nos preços dos insumos adquiridos fora do setor agrícola e de 18,91% daqueles adquiridos no próprio setor (figura 2).

Os itens adquiridos fora do setor agrícola que apresentaram as maiores variações no mês foram: fertilizantes (46,75%); combustíveis e lubrificantes (45,41%), em virtude do reajuste de 06/05/87; vacinas e medicamentos (43,90%), pela grande variação nos preços dos produtos veterinários; alimentos de origem industrial (39,23%), principalmente devidos aos preços dos farelos e tortas; serviços comprados (27,47%) pelos reajustes das tari

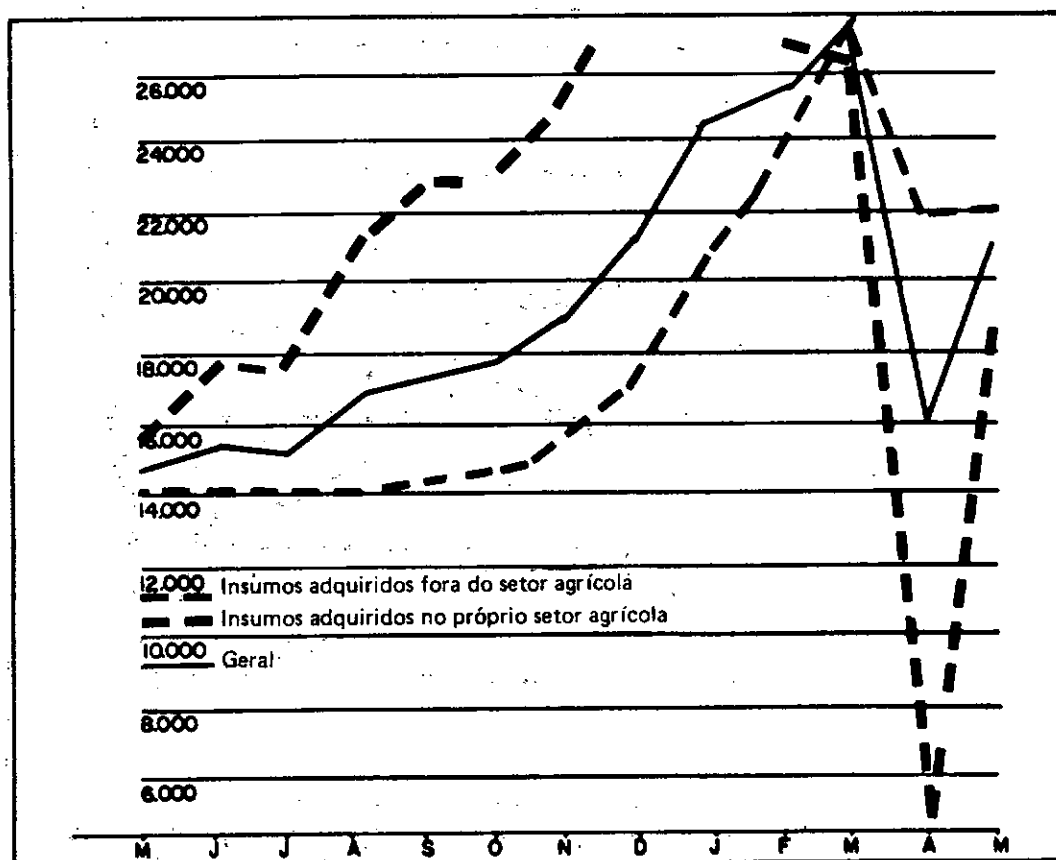


FIGURA 2. - Evolução do Índice de Preços Pagos pela Agricultura Paulista, Maio de 1986 a Maio de 1987. Base: 1961-62 = 100.

fas de energia elétrica em 24/05/87, de transporte ferroviário em 13/05/87 e rodoviário em 15/04/87; reparo de máquinas (26,12%) pela aplicação do gatilho salarial e alta nos preços das peças de reposição; utensílios e ferramentas (21,80%); aquisição de máquinas (26,12%); inseticidas e fungicidas (17,99%); e construção e reparos (10,96%).

Dentre os insumos adquiridos no próprio setor agrícola, os alimentos (milho, mandioca e cana forrageira) é que mostraram a maior alta de preços (34,26%), devida, principalmente, ao reajuste do preço da cana. Os animais de trabalho e de produção tiveram seus preços acrescidos em 16,64%.

Novamente, em maio, os índices de paridade mostraram-se desfavoráveis aos agricultores, uma vez que as relações IPR/IPP e IPR/IPPf, situaram-se aos níveis de 74,36 e 68,93, respectivamente (figura 3). Relativamente a abril, esses índices aumentaram 6,18% e 5,32%.

O Índice Geral de Preços (IGP-DI) e o Índice de Preços por Atacado - item alimentação (IPA), ambos calculados pela Fundação Getúlio Vargas, mostraram acréscimos de 27,58% e 23,02%, respectivamente. Essas variações quando comparadas à variação do IPR (28,44%), podem indicar uma melhoria no poder aquisitivo do setor agrícola (figura 4).

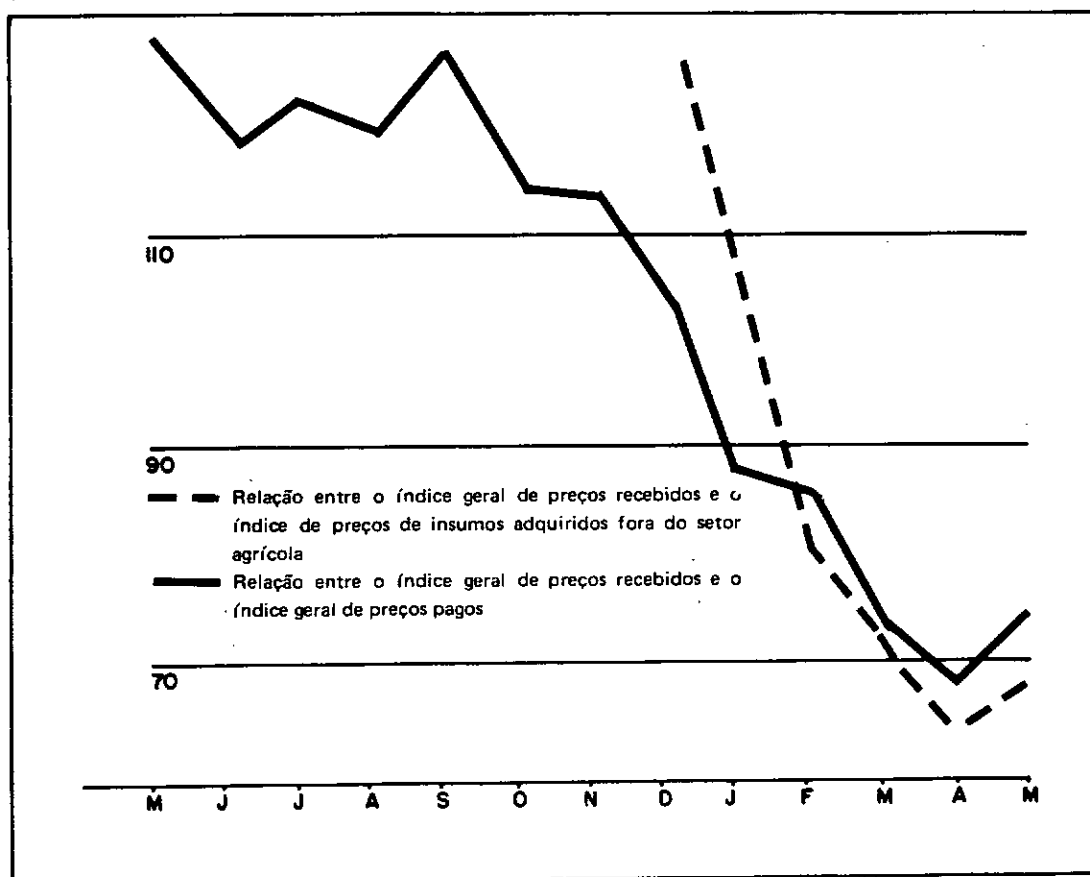


FIGURA 3. - Evolução do Índice de Paridade no Estado de São Paulo, Maio de 1986 a Maio de 1987. Base: 1961-62 = 100.

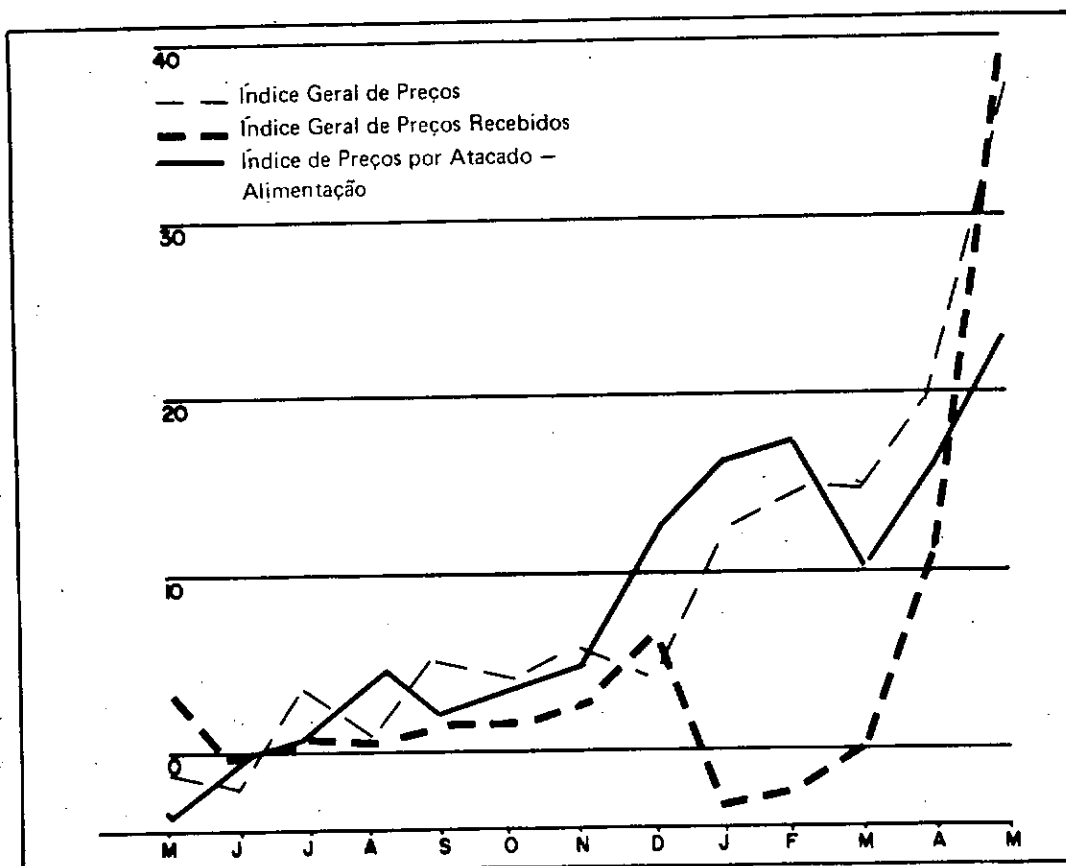


FIGURA 4. - Variação Percentual do Índice de Preços Recebidos pelo Agricultor Paulista, do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, e do Índice de Preços por Atacado - Item Alimentação, Maio de 1986 a Maio de 1987.

CESTA DE MERCADO

As estimativas dos gastos com produtos alimentícios, no domicílio, referente a uma família paulistana de tamanho e renda médios (4,0 pessoas e 7,8 salários mínimos) totalizaram Cz\$2.622,78 em maio de 1987. A variação percentual é de 26,8% em relação a abril, o maior já registrado por esse indicador desde sua implantação (maio de 1970) e consideravelmente superior ao percentual detectado no mês anterior (16,8%). Lembre-se que em maio de 1986, a variação foi de -1,6%. O crescimento percentual dos gastos atinge no ano 80,3% e, em doze meses, 141,5% (quadros 2 e 3).

Os dispêndios com produtos de origem vegetal evoluíram no mês 28,6% e os de origem animal 25,8%. A participação desses gastos no total geral foi de 57,8% e 42,2%, respectivamente (quadro 4).

As explicações das altas detectadas tornam-se difíceis, na medi

QUADRO 2. - Dispêndio Total Mensal da Família Paulistana, com a Cesta de Mercado, Cidade de São Paulo, 1985, 1986 e 1987 ⁽¹⁾

Mês	1985	1986	1987
Jan.	345.131	1.002.037	1.696,53
Fev.	392.886	1.140.290	1.735,30
Mar.	430.238	1.138,63	1.797,89
Abr.	453.282	1.119,98	2.100,38
Mai.	489.804	1.102,49	2.662,78
Jun.	373.736	1.099,09	—
Jul.	457.382	1.068,56	—
Ago.	521.091	1.093,74	—
Set.	543.151	1.088,93	—
Out.	592.699	1.147,87	—
Nov.	715.536	1.309,32	—
Dez.	803.592	1.477,19	—

⁽¹⁾ Até fevereiro/86 os gastos são em cruzeiro e a partir de março/86 em cruzado.

Referem-se aos gastos com 70 produtos alimentícios, com base nas quantidades consumidas no domicílio pela família paulistana, de tamanho e renda médios.

Até maio/85, a estrutura de ponderação foi baseada na Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 1971/72, FIPE/USP e a partir de junho/85 na POF 1981/82.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 3. - Variações Percentuais da Cesta de Mercado, Cidade de São Paulo, 1986 e 1987

Mês	Variação em relação a		
	Mês anterior	Dez. 1986	Mesmo mês de 1986
Jan.	14,8	14,8	68,3
Fev.	2,3	17,5	52,2
Mar.	3,6	21,7	57,9
Abr.	16,8	42,2	87,5
Mai.	26,8	80,3	141,5

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 4. - Variações Percentuais dos Custos de Alimentação, Produtos de Origem Vegetal, Produtos de Origem Animal e do Total da Cesta de Mercado, em Relação ao Mês Anterior, Variação Média Mensal, Anual e Acumulada na Cidade de São Paulo, 1986 e 1987

Mês	Produtos de origem vegetal		Produtos de origem animal		Total	
	1986	1987	1986	1987	1986	1987
Jan.	34,5	4,9	12,0	28,2	24,7	14,8
Fev.	18,8	13,3	3,2	- 9,7	13,1	2,3
Mar.	0,1	5,7	-0,7	0,8	-0,1	3,6
Abr.	-2,6	13,9	0,4	21,0	-1,6	16,8
Mai.	-2,1	28,6	-0,6	25,8	-1,6	26,8
Jun.	-0,9	-	0,8	-	-0,3	-
Jul.	-4,1	-	-0,3	-	-2,8	-
Ago.	3,3	-	0,6	-	2,4	-
Set.	-0,8	-	0,2	-	-0,4	-
Out.	5,6	-	5,0	-	5,4	-
Nov.	7,4	-	26,8	-	14,1	-
Dez.	4,5	-	26,1	-	12,8	-
Variação média mensal	5,3	13,3	6,1	13,2	5,6	12,9
Variação acumulada (1)	76,5	82,4	94,7	77,4	83,8	80,3

(1) A variação acumulada de 1986 tem como base dezembro de 1985 e a variação acumulada de 1987 tem como base dezembro de 1986.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

da em que não se consegue medir quantitativamente as verdadeiras causas. Cada produto possui sua especificidade de produção e comercialização. Re composição dos custos defasados pelo congelamento e/ou tabelamento do Cruzado I e II já não são motivos para preços finais tão altos. As remarcações assustadoras possuem componentes que giram em torno de repasses da própria inflação como os aumentos de tarifas e de preços administrados (combustível, energia elétrica, etc) além de acréscimos por conta do "custo de capital". Especificamente, deve ser ressaltado que no início de maio um fator que certamente contribuiu para o aquecimento dos preços foi a especulação de que outro congelamento seria proposto pelo Governo Federal.

Observa-se através deste acompanhamento, custos altíssimos (mesmo para o arroz com superprodução), que certamente já comprometem o nível de alimentação, tendo em vista que a defasagem dos salários em relação a esses custos resulta em redução drástica no poder aquisitivo da população.

Essas são informações do Instituto de Economia Agrícola da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, através de levantamentos diários de preços no mercado varejista da cidade de São Paulo, por amostragem, no período de 04 a 28/05/87.

A exceção do preço estável do pão, todos os demais produtos considerados básicos registraram altas significativas: açúcar (98,5%), "preço liberado" em 06/05/87; feijão (61,6%); óleos (44,1%), cabendo ao óleo de soja (45,4%), de milho (38,5%) e de algodão (23,1%); macarrão (41,5%); farinhas (40,2%), sendo 52,0% o acréscimo da farinha de mandioca, 41,3% do fubã, 30,3% da farinha de trigo e 23,5% de milho; arroz (23,4%); e café (10,3%).

Das frutas apenas o mamão apresentou preço médio inferior ao do mês passado (-2,1%), as demais sofreram altas de preços: tangerina (33,3%), laranja (24,8%), caqui (24,7%), limão tahity (16,5%), banana nanica (13,9%), abacate (11,7%), melancia (9,3%), banana maçã (8,4%) e abacaxi (3,0%).

Do grupo das hortaliças somente a abóbora seca permaneceu com preço estável, 22 hortaliças apresentaram preços acrescidos e, apenas duas sofreram reduções: vagem manteiga (-1,9%) e repolho verde (-0,7%). Os acréscimos relevantes ficaram para: batata (53,4%) e cebola (46,6%), que se apresentaram escassos no mercado devido ao período de entressafra de regiões abastecedoras; quiabo (25,2%); alface lisa (25,0%); alface crespa (24,5%); escarola (23,0%); almeirão (20,8%); salsa/cebolinha (18,5%); batata doce (18,4%); mandioca (16,0%); couve (14,0%); e abobrinha italiana (12,3%). Na faixa dos 10% ficaram: pepino (10,8%), mandioquinha (10,3%), beterraba (10,2%) e, abaixo deste patamar, ficaram: agrião (9,0%), espinafre (8,4%), pimentão (6,6%), chuchu (4,9%), tomate (1,6%), cenoura (1,0%) e berinjela (0,7%).

No grupo dos produtos industrializados, preços crescentes ainda foram verificados para maizena (32,7%), goiabada (21,3%) e massa de tomate (17,7%).

Foram computados altas significativas para a carne de frango (50,1%), ovos (48,3%), além da carne bovina (30,3%) e suína (22,2%). As variações de preços dos derivados da suína foram: lingüiça (24,4%), banha (11,8%) e toucinho (6,4%).

O preço médio do leite em pó foi acrescido em 48,7% e do leite tipo B em 7,5%, captam parte do aumento autorizado (16,7%) pelo Governo em 18/05/87; o leite tipo C manteve-se inalterado.

As variações dos derivados do leite foram: queijo tipo prato (20,5%), queijo tipo Minas (14,4%) e manteiga (7,9%).